ARIO POPULA

NOVEMBRO 5.ª-FEIRA

Director JACINTO BAPTISTA

Director-adjunto ABEL PEREIRA

ANO XXXV - 1976 - N.º 12 095 - PREÇO 6\$00

NAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE NOVEMBRO

UTILIZAR A TOTALIDADE DOS SEUS PODERES PARA QUE AS INSTITUICOES SIRVAM EFECTIVAME

-determinação expressa por Ramalho Eanes



Foto do JOSE ANTUNES

Pág. 3

LETRAS E ARTES

Com a colaboração de treze autores portuqueses

- Yamos falar de heróis? por Maria Estela Almeida Guedes
- O chapéu de palha de Noilde por Vitorino Nemésio
- Onde se fala da Okrana por Luiz Pacheco, ilustração de Celeste Costa
- Uma obra sobre Imprensa Regional por José--Augusto França A Comuna de 1871 por Licínio Barradas Gazeta Literária
- Aguarela Rústica por Antunes da Silva Ave desasada por Maria Ondina Braga Daqui poema de Lourenço da Silva Se-
- queira O pão não cai do céu romance de José Ro-drigues Miguéis, ilustrações de Luís Filipe de Abreu

«CABAZ DE COMPRAS»

(AINDA VAZIO)

VAI CUSTAR

Pág. 7

A notícia sobre o Plano e Orçamento do Estado para 1977 falamos do chamado «cabaz de compras», das despesas militares e projectos de o Governo conter os consumos, os preços e os salários.

especial

Eleições para as Autarquias

O P.P.D./P.S.D.

EM MESA-REDONDA

DEFINE

O SEU CONCEITO

DE PODER LOCAL

Destacável :

Destacável

DEPOEM SOBRE O JULGAMENTO

Pág. 6

especial

Eleições. para as Autarquias

IENTES da grande importancia que terão para a consolidação da democracia em Portugal as próximas eleições para as autarquias locais, o «D. P.» inicia hoje a publicação diária de um destacável dedicado a esse importante acto cívico. Fiéis à independência que nos tem norteado e que representa, antes de mais, um tributo à confiança de todos os nossos leitores, ouvimos, sobre o assunto, todos os partidos e frentes eleitorais, com a cons-ciência de que desta forma estaremos a contribuir

para um meihor esclarecimento do eleitorado e, nomeadamente, dos nossos leitores.

Durante os próximos dias, as eleições, o País, os eleitores, os partidos políticos e as frentes eleitorais merecerão a nossa melhor atenção. Daremos a conhecer a posição particular dos candidatos, apresentaremos quadros explicativos e estatísticos das candidaturas e do eleitorado, e terminaremos a primeira fase desta informação com um levantamento geopolítico do País nesta fase pré-eleitoral.

Inscreve-se dentro desta perspectiva o trabalho que hoje apresentamos, com o Partido Social Democrata, segundo partido nacional em conformidade com os resultados das primeiras eleições livres



PPO-PSO FM MESA-REDOND

realizadas em Portugal, e que se apresenta nestas apostado em «oferecer ao eleitorado a resposta aos seus mais profundos anseios», tendo como base o seu ideal social-democrata. O P. S. D. aposta na eficiência e honestidade bem como no conhecimento que os seus candidatos têm dos problemas locais, e não pretende seguir, durante a campanha eleitoral, uma estratégia virada prioritariamente para a poli-tização e muito menos que revista aspectos de plebiscito ao Governo. Neste momento, encontra-se a desenvolver um trabalho de análise e listagem dos problemas locais, aos quais irá dedicar a sua maior atenção.

Os socials-democratas, que não concorrem em Os sociais-democratas, que nao concorrem em 39 concelhos, nos distritos de Beja, Bragança, Evora, Guarda, Portalegre, Santarém e Setúbal, abrangendo 307 148 votantes, dos quais 27 419 (8,9 por cento) votaram P. S. D. em Abril, estão preocupados com a inexistência, até este momento, de um estatuto financeiro das autarquias locais e têm idaise assentes sobre essa matéria, bem como do idelas assentes sobre essa matéria, bem como do que, na sua perspectiva, deve ser um verdadeiro Poder local. Desejam ver criadas rapidamente as regiões administrativas e encontrar uma forma de

normalizar a gestão dos executivos dos grandes centros populacionais, sobretudo Porto e Lisboa. entre outros aspectos no que respeita à definição de uma política habitacional. Debruçam-se, ainda, so-bre a criação de um novo Código Administrativo e estão especialmente interessados em que se crie legislação relativamente aos órgãos populares de

Lamentam, por outro lado, que a lei estabeleça o princípio da representação proporcional pura, nos executivos locais, o que, na sua opinião, poderá levar a uma polarização partidária dos novos órgãos, e que não especifique claramente a sua estrutura, competências e modo de funcionamento, dirigindo ainda algumas críticas aos outros partidos, seus principais adversários nestas eleições.

Todas estas ideías, que sinteticamente deixámos transcritas, foram desenvolvidas na mesa-redonda que promovemos com Helena Roseta (candidata à presidência da Câmara Municipal de Lisboa), Moura Guedes (candidato à Assembleia Municipal da Torres Vedras) e José Alves Martins (candidato à freguesia de S. Jorge de Arroios) e que apresentement de seguida. tamos de seguida.

D. P. — Gostaria de começar por lhes perguntar quais serão as bases políticas em que irá asentar a campanha eleitoral do P. S. D. e qual a estratégia de fundo que irá tentar seguir nestas eleições...

Moura Guedes - Pensamos Moura Guedas — Pensamos primeiro que tudo que tem de ser uma campanha fundamen-talmente descentralizada. Não procuraremos impor modelos ri-gidos a nivel central e deixamos uma margem de liberdade muito grande aos meios locais, na olha dos seus candidatos na escolha da própria temática central da campanha, que vão facer a nível das freguesias e do

elho, P. S. D. está fundamental-em fazer O P. S. D. está fundamental-mente empenhado em fazer uma campanha que gire à vol-ta da critação de orgãos, eficien-tes e opinpetentes. A nosa pri-meira preocupação, portanto, é constituir listas com base nes-te critério da competência para o desempenho das funções. Mo estamos, portanto, preo-cupados em polítizar excessiva-mente esta campanha e em obmente esta campanha e em ob-ter a todo o transe vantagens rtidárias.

partidarias.

Os nossos candidatos é que vão fazer o diagnóstico das necesidades locais mais sentidas pelas populações e as suas maiores carências, a nível local, girando, a campanha eleitoral à volta disso.

D. P. — Pelo facto de me di-zer que não pretendem politi-zar muito a campanha, pode presupor-se que vai ser olvida-da a importância que estas elei-ções irão ter em termos políti-cos globais, podendo mesmo vir a revestir-se de uma certa incidência relativamente ao Go-

M. Guedes — Penso que esta campanha não tem esse objectivo, nem lhe pode ser dada uma ideia de plebiscito ao Governo. Isso seria desfocar completamente a sua realidade.

Também não penso que os re-sultados desta campanha eleito-ral, sejam eles quais forem, in-fluam, directamente, como fac-tor decisivo, em qualquer refor-mulação do poder político cen-tral. Até porque o Partido So-cialista perdeu outras eleições antes destas, nomeadamente as eleições regionais nos Açores e na Madeira, e parece-me, por is-so, uma perspectiva errada en-

cará-las nessa óptica, ou seja procurar legitimar um poder central minoritário através de quaisquer resultados eventuais destas eleições.

Helena Roseta — Eu queria só acrescentar aqui algumas notas, que me parecem importantes, em relação às consequências desta campanha, Em primeiro lugar, a ideia de que ela podería ser um plebiscito do

Governo Central, foi lançada pelo primeiro-ministro, já há alguns meses. E seria bom que ele esclarecesse qual é a sua ideia nesta matéria.

Nós nunca defendemos isso, porque entendemos que esta campanha deverá ser exactamente para o poder local e nunca para o poder central. As coisas têm os seus objectivos definidos e não devemos estar a

trocar-lhes as voltas. Em segundo lugar, a reformulação do poder político central, depende muito mais da eficácia ou ineficácia do actual poder central, do que propriamente do resultado das eleições. O que se tem provado é que este Governo-não cem sido eficaz. E isso é que estige uma reformulação. Os resultados das eleições são para constituir os órgãos do poder

local e pórs de parte toda uma forma de assalto ao poder que foi uso e abuso neste país, em relação ao poder local, desde o 25 de Abril.

25 de Abril.

D. P. — Seja como for o primeiro-ministro também referiu que estas eleições poderiam dar a tónica sobre a confiança ou desconfiança do povo português no Governo Socialista, o que poderá vir a obrigar, naturalmente, o P. S. D., como segundo partido nacional, a tomar em atenção esses resultados...

H. Roseta - Certamente que H. Roseta — Certamente que os tomaremos em atenção, mas quem tem, em primeiro lugar, de zelar pela competência e eficácia do Governo é o Parlamento, bem como o Presidente da República. Portanto, é a nível do Parlamento e do Presidente da República que o problema se vai pôr,

Definir bases programáticas e listar necessidadades

D. P. — Postas as coisas nes-te pé de que forma é que pen-sam fazer o esclarecimento elei-toral junto das populações?

toral junto das populações?

M. Guedes — Em coerência com esse princípio, isso vai assumir formas e expressões muito diferentes de concelho para concelho e de freguesia para freguesia. Serão os próprios candidatos e os próprios meios locais que hão-de encontrar essas formas de contacto e de expressão que estejam adequadas ao tipo de meio concreto em que vivem. No entanto, pense que serão indispensáveis sessões de apresentação de candidatos e de programas.

Neste momento, os nosos

Neste momento, os nossocial candidatos estão precisamente a procurar fazer a listagem das necessidades locais mais sensí-

(Continua na pág. seguinto)



Alves Martins, Helena Roseta e Moura Guedes, expondo ao «D. P.» as grandes linhas da presença do P. P. D./ /P.S.D. nas eleições para as autarquias locais

especial Eleições para as Autarquias

a nivel de freguesia, têm um

contro dos anseios mais pre-

mentes da comunidade.

elaborarem programas, não diria impossível neste espaço de aproveitadas as experiências já Portugal... tempo, mas, pelo menos, pro- realizadas, com muitos efeitos curar definir bases programá- positivos. Por exemplo, sei que ticas e uma listagem das priori- em França as autarquias locais,

Haverá, com certeza, sessões sistema de contribuições próde apresentação de candidatos prias, pelo que certas taxas fie haverá outros meios de comu- cam retidas na freguesia, o que nicação com as pessoas, através permite, a esse nível, realizar de documentos e de comunica- certos trabalhos, indo ao en- suas estruturas humanas de autêntico poder local exige.

H. Roseta - Queria acrescentar que em relação às bases H. Roseta - Isto para nós programáticas e aos programas é tanto mais importante quanjá concluído e noutros está em mocrata, isto é, se nós tivésseto financeiro das autarquias lo- zer qualquer espécie de politi- agregarem... cais e quais as disponibilidades zação, para fazermos promescom que poderemos contar pa- sas, muitas vezes demagógicas, mente o mesmo significado da ra elaborar um programa de como é corrente fazerem os par- tentativa de colagem do P. C.

um problema de fundo e o nos- família, prometem acabar com permita:n constituir um bloco so partido pensa avançar com as barracas, mas não estão a maior. A maioria de esquerda, qualquer coisa nesse sentido na cuidar dos meios para resolver no caso do 2. C. P. representa D. P. — Mas deixemos o os melhoramentos nas aldeias: mente sendo eleitas, possam en qualquer coisa nesse sentido na cuidar dos meios para resolver no caso do 2. C. P. representa D. P. — Mas deixemos o os melhoramentos nas aldeias: mente sendo eleitas, possam en qualquer coisa nesse sentido na cuidar dos meios para resolver no caso do 2. C. P. representa D. P. — Mas deixemos o os melhoramentos nas aldeias: mente sendo eleitas, possam en qualquer coisa nesse sentido na cuidar dos meios para resolver no caso do 2. C. P. representa D. P. — Mas deixemos o os melhoramentos nas aldeias: mente sendo eleitas, possam en qualquer coisa nesse sentido na cuidar dos meios para resolver no caso do 2. C. P. mente sendo eleitas, possam en qualquer coisa nesse sentido na cuidar dos meios para resolver no caso do 2. C. P. mente sendo eleitas, possam en qualquer coisa nesse sentido na cuidar dos meios para resolver no caso do 2. C. P. mente sendo eleitas, possam en qualquer coisa nesse sentido na cuidar dos meios para resolver no caso do 2. C. P. mente sendo eleitas, possam en cuidar dos eleitas, possam en cuidar dos mente sendo eleitas, possam en cuidar dos mente sendo eleitas, possam en cuidar dos eleitas, possam en cuidar d ta do estatuto financeiro das minadas camadas da população mavam-se as 35 do P. S. pa- cessidade de ser criado para as mente com metade autarquias, sem uma maior au- que lhes interessa. Mas o nos- ra chegar à maioria. Neste ca- autarquias um estatute finan custo e depois, o Estado dá a de pseudocapitalismo de la compatíveis e esta discussão estava a decortonomia financeira e sem um so caso é bastante diferente, so, é uma coisa muito seme- ceiro. O P. S. D. vai apresen- outra parte. Ora isto é perfei- tado. acesso a um mínimo de fundos, porque como sociais-democra- lhante. é impossível pôr em prática tas, procuramos responder aos É evidente que a nós, até to nesse sentido? É ainda antes quaisquer programas. E quan- problemas concretos das pes- em termos de contabilidade das eleições? to mais ousados eles forem, sas.

Poder local como elemento da estrutura do Estado so, mas na maioria dos casos

pectiva, o poder local...

a definição constante do pro- É um óptica inteiramente dife- dividido em dois, pois, neces- H. Roseta - Neste momen- chamemo-lhe assim, pessoas Frente Povo Unido foi busca ada, que é resolver por de- locação para a capital. grama de Governo do P. S. D., rente. Portanto, é preciso que sariamente, o P. S. se ligaria to não vode ser resolvido, pelo honestas e capazes, com boa pessoas com uma certa projectione. menos oficial. Para nós, o po- ciência, porque, no fundo, ain- mos lutado desde o princípio. balhar en condições deficientes. cientes com capacidade para o para nós o problema se pôs de der local é concebido como uma da estão situadas, por inércia, Aliás, o nosso partido tem uma Simplemente estamos a denun- exercício das funções; c ainda outra forma, o que só de D. P. - Poderíamos agora processo democrático na apreforma de devolver às populadentro da óptica anterior. ções a capacidade para definir e prosseguir os seus interesses demos invocar, até como Partiespecíficos e concretos. E, sendo Social Democrata, a nossa ludo isso, é um elemento fundata nestes dois anos pelo poder mental da estrutura do Estado democrático instituído pela local, designada e concretamen-

D. P. - E, portanto, é com uma autonomia efectiva desses base nisso que vão promover a dois arquipélagos, o que viria wossa campanha junto das po- a conduzir a resultados concre-

O C. D. S. fala em liberdade em vez de socialismo mente, é um problema de des-D. P. - Isso pressupõe um cialismo, qualquer coisa como nanceiras aos vários níveis das certo optimismo. Optimismo isto. Mas, na prática, acaba por autarquias locais, ou seja a

basear a sua campanha na repulsa pelo socialismo... H. Roseta - O C. D. S. tem der o que são os interesses do feito, a meu ver, um erro, que povo português. O C. D. S. em é o de copiar as palavras de Portugal é um partido minoriordem dos partidos congéneres tário, é, evidentemente, um europeus, para o caso portu- partido que cresceu de 1975 guês. Designadamente, no ano para 1976 porque em 1975 não passado, a célebre palavra de teve realmente condições para ordem «Alternativa 76» era ri- trabalhar, mas é um partido gorosamente a mesma do C. D. que está muito longe de ter a U. e C. S. U. para as eleições projecção e a força dos seus alemás. Este ano, a palavra de congéneres da Europa. O C. D. ordem do C, D. U. era diferen- S. vai tentar nesta campanha te, pois era eLiberdade em vez de socialismos. Evidentemente, de socialismos de certado, porque sem construir cass acconversa em volocial sta e dautarquia socialismos concretarelativa, competência e funcionamento dos órgãos das autarquias locais.

M. Guedes — Acrescentaria a alternativa, competência e funcionamento dos órgãos das conversa em volocial sta e há muitas outras socialistas e há muitas out

exemplo, no C. D. S. que irá vez de socialismo.

te, no caso das Ilhas. Fomos o

partido que mais se bateu por

Parece isto uma forma extremamente errada de compreen-

acrescentar uma coisa. Creio de mentalidade basicamente cos que o Governo central ou não se ir pedir às popula a resolver o problema de que não tem condições, em re- em termos correctos na trans-

transformação profunda. Quer possibilidade de as próprias contribuindo por isso, duas a dizer, é um facto inovador. Ora autarquias intervirem na es- vezes. Em Lisboa, por exem- len disso, as ocupações M. Guedes - Eu só queria o C. D. S., como um partido pecificação dos projectos públis plo, isso não aconvece, por preservem nada, pois permi-

que o C. D. S. está perfeita- conservadora, é um partido es- entidades de hierarquia supe- ções de um bairro ou de uma sa dézia de famílias mas mente desfocado deste proble- truturalmente avesso à mudan- rior defendem para aquela freguesia para contribuirem em um clima de desconma da criação do poder local e ca e, portanto, não pode jogar área. A. Martins - Queria aqui lação à sua mentalidade e às formação que a criação de um abrir um parênteses para referir que há uma coisa no nosso país que é verdadeira-

Não quisemos partir o País em dois

D. P. - Na vossa posição, co- já, mas que em termos nacio- te a certas freguesias que se (nalguns sítios o trabalho está to somos um partido social-de- mo é que entendem a tentati- nais seria uma catástrofe. va de colagem do C. D. S., ao Alves Martins - A nivel de vilas, sedes de concelho que se curso), há um problema que se mos uma ideologia diferente, P. S. D. nas presentes eleições, bases era muito dificil arran- passam a comportar como rilevanta à partida. É o de não não nos chocaria nada servirmo- no propósito de se constituírem jar uma ligação de um espi- cos, mas sem se avalias de onsabermos qual vai ser o estatu- nos desta campanha para fa- em «frente» ou, pelo menos, se rito reformista com um espíri- de é que thes vêm os fun-

H. Roseta - Tem exactatidos da extrema esquerda. P. ao P S., de tentar tirar Evidentemente, que isto é Prometem uma casa para cada os seus votos a outros, que lhes

elcitoral, poderia ser favorável essa soma num ou noutro caera favorávei ao C. D. S. Ago-D. P. - Gostaria de saber der central e isto influia em to- ra, o problema que se punha o que significa na vossa pers- da a dinámica das populações, era o seguinte; se, efectiva-O próprio presidente da Câma- mente se nós fôssemos para ma é que the parece que isso ra era um delegado do poder uma coligação com o C. D. S. poderá ser resolvido? H. Roseta - Posso dar-lhe central, junto dos meios locais. nestas eleições teriamos o país

to conservador. Pois se as cupu- dos, as con ribuições indo até las poderão eventualmente, buscá-los a lugares de granser manobradas, a nível de ba ses, acho isso muito dificil, senão mesmo impossível. Como se conciliaria um programa reformista com um programa conservador?...

tar na Assembleia um projec-

ções, não haverá hipótese, pois abordar outro aspecto. Quais cuidadosamente, temos já programado trabalho foram as ideias que presidiram para largos meses...

D. P. - Então de que for-

te país se divida em dois, quer legislação que saíu, passando cedoras dos problemas do pró- vamente a autonomia e o por ides com que se debateu o P. nível geográfico, constituindo uma oportunidade para o podera dermos fazer Não é agora a mos de residência habitual netro do partido demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, pois dois dias da campanha que le, ou em termos de conhecitar este país, pois dois dias da campanha que le, ou em termos de conhecitar este país, pois dois dias da campanha que le, ou em termos de conhecitar este país, pois dois dias da campanha que le, ou em termos de conhecitar este país, pois dois dias da campanha que le, ou em termos de conhecitar este país, porque nós, mesmo demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, pois dois dias da campanha que le, ou em termos de conhecitar este país, porque nós, mesmo demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, pois dois dias da campanha que le, ou em termos de conhecitar este país, porque nós, mesmo demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, pois dois dias da campanha que le, ou em termos de conhecitar este país, porque nós, mesmo demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, pois dois dias da campanha que le, ou em termos de conhecitar este país, porque nós, mesmo demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, pois dois dias da campanha que le, ou em termos de conhecitar este país, porque nós, mesmo demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, pois dois dias da campanha que le, ou em termos de conhecitar em 34 concelhos, notragédia para este país, porque nós, mesmo demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, porque nós, mesmo demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, porque nós, mesmo demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, porque nós, mesmo demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, porque nós, mesmo demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, porque nós, mesmo demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, porque nós, mesmo demos uma merá em 34 concelhos, notragédia para este país, porque nós, mesmo dar lucros ao C. D. S. para car votos...

centralização de autonomia fique se pode encontrar, por falar mesmo em liberdade, em possibilidade de se proceder à retenção de fundos ao nível mesmo da própria junta de freguesia, fundamentalmente ao nível das Câmaras Municipais, assim como a possibilidade de também, por via fiscal, equilibrar o orçamento das várias Cámaras, pois acontece que há Câmaras, muito perto umas das outras, mas com particularidades fiscais muito diferentes e, portanto, desequilíbrios orçamentais grandes, tanto mais que as neces-

sidades também variam...

Terão, pois, que haver meios correctivos, não podendo ser uma taxa enica, ou seja uma

H. Roseta - Para além des-

dizer, esse ponto é essencial, cional. das verbas que devem ser gas- Abril é a herança daquilo que damentalmente tem de dareltas, devem ser os próprios ha- veio de trás, de um sistema a reactivação do mercado da

ao mercado clandestino.

DEWILLER AS POPULACIES

com metade da despesa de uma ina e só atrasam, por con-

mento do reio rural queria nos sociais-democratas não es as casas existentes, mas tam- mente inovadora em tudo o

obra que é feita.

e julgo que esse é um ponto so

salienta; um aspecto como é tamos dispostos a que as Cina todo o mercado clandesti-

que até aqui têm sido feitos maras Municipais, designada sem que nos, sociais-demo-

mente escandalosa, que é o

desvio de tundos relativamen-

sabe que são produtivas, para

uma alternativa ao socialismo, mos maniqueus: ou o bem ou te que deve ficar retida em estrutura administrativa do mantelar um sistema que esta- te momento são superiores de municípios e freguesias. uma alternativa parcial ao so- o mal; ou o socialismo ou nós, cada concelho. Os rendimentos território, assim como preve- va a produzir habitação, em um milhão de fogos, desida no decreto-lei 701/A/76 de proporcionalidade pura, levada o que pensa o P. S. D. que O Moura Guedes podia aqui passa, como disse, pela sua

fendemos uma reformulação completa do sistema de arrendamentos, somos contra a política de congelamento, porque o congelamento, congela as inusticas, pois as rendas altas

Quanto ao problema das ren-

das, nós, sociais-democratas, de-

somos a favor dessa política.

mincia um plano de acção Esta stuação cria uma si endo o sistema produtivo. tuação de oesigualda le extre-labém é preciso recuperar ontinuam altas e as rendas mamente grande entre as po- a mação que já existe, ou paixas continuam baixas. Hapulações rurais e as popula e do parque existente Tem verá ainda uma outra questão que são os arrendamentos no-Há uma tradição, que vem sonte pouca importância, vos que na expectativa do conde antes do 25 de Abril, de 26 só se fala em recuperagelamento, duplicam, triplicam as grandes cidades serem cen a para pegar em zonas de ou quadriplicam, por saberem tros de grande especulação e ams de lata e desvia-los paque não os podem depois acdepois do 25 de Abril isso não a mis konge, para fazer prétualizar. Somos por uma polífoi totalmente arredado, conti- à e escritórios, ou para potica de actualização, que entre nuando a verificar-se casos de le fater pequenas obras a nícom a quaiidade da casa, com falta de moralização financeira vindividual, no seu andaros rendimentos da família e com as possibilidades do senhorio, que para os candidatos a esses finalmente um outro pontudo factores a considerar, mas M. Guedes - Acho que orgãos é extremamente importin respeito à parte da re- somos fundamentalmente por tem toda a razão e, como ele- tante, porque, efectivamente, gração, o que abrange não uma política de rendas total-

pertencentes ao Estado. A. Martins - Em comple- representações partidárias, por- ponsabilidade do Governo, e dandestinos baixando as Lisboa, sobretudo dos bairros, que conduz a uma ineficácia e rer na Assembleia, o Governo mas legais dos minimos ha- tem de ser inserido numa po- paralisação ou bloqueamento estava a alterar a lei, em Conncionais. Acaba de sair ou lítica nacional. Não é come- interno dos órgãos. Candidatos honestos, eficientes e conhecedores para sair um decreto do cando a fazer desaustinadamen. D. P - A Helena Roseta

que diz respeito a habitações

como uma definição mais ou as pessoas tenham essa cons- ao P. C. P. E contra isso te- que mais uma vez vamos tra- imagem no meio; pessoas efi- ção, para caçar votos, Julgo que Contribuir para um verdadeiro poder local

posição-chave, ao evitar que es- ciar uma sacuna, criticamos a pessoas profundamente conhe- monstra que para nós efecti- innega-nos sobre as dificul- sentação de listas. ao nível do Parlamento, constituindo dois blocos, quer ao e agora temos que aguardar tanto, uma imediação bastante teóricas, mas sim conce mitório. Segundo os dados pessoas, por não entenderem ta matéria. porque razão um partido mais conservador que o P. S. D. cono tipo de campanha que pro- as pessoas que lá vivem e desas ausências?

wossa campanha junto das populações, poilações com
pulações, poilações Para nos,
gamente, como se sabe, não
existia poder local. Existia um
aparelho local, ao serviço do po
O C. D. S. fala em liherdade em vez de socialismo

Total segundo a vontade das populações. Para nos,
expressos segundo a vontade das populações. Para nos,
sabe extraordinariamente variáveis de concerto e
puizo das populações. Para nos,
sabe extraordinariamente variáveis de concelho para concelho
provado conseguir levar à prática sempre que possível.

A necessidade de um estatuto financeiro

A necessidade de um estatuto f 8. Onde surgiram listas que, País tem vivido nos dois últi- uma estratégia global? este ponto, que é uma ques- primeiro-ministro já tem cons-Três questões a atender no problema habitacional enventura, asseguravam essa mos anos. Penso que a um H. Roseta — Julgo que as tão de princípio, de que não ciência disso e doutras coisas e ciència e que eram listas de- grande empolamento do Parti- duas coisas são de ter em con- faremos coligações com parti- já fala em democracia avançapercentagem uxa, dos impostos directos que fique retida em cada concelho, correspondente aos impostos directos arrecadados nesse concelho.

D. P. — A Helena Roseta vez de se limitarem a como socialismo e dos antidemocráticos, avança o socialismo e determinado empolamento da como candidata à Presidência de como candidata à Presidência determinado empolamento da como candidata à Presidência determinado empolamento da como candidata à Presidência de como candid

pois quem deve ter o poder O aos habitacional em que Eu ju go que o problem Proporcionalidade pura leva a polarização para definir qual o montante nos vivemos depois do 25 de passa por vários pontos. Funpartidaria

pior. Como diz o povo, quem De resto, curiosamente, o C. apoio, para poder realizar um mos uma política de aproxima- tamente ilegítimo, porque as pámilias dos desalojados e creto aquilo que tem de ser às suas últimas aplicações, se Efectivamente, o C. apoio, para poder realizar um mos uma política de aproxima- tamente ilegítimo, porque as pámilias dos desalojados e creto aquilo que tem de ser às suas últimas aplicações, se Efectivamente, o C. apoio, para poder realizar um mos uma política de aproximamuito promete a muito falta. D. S. deveria não esquecer que autêntico poder local em Portu- ção entre as autarquias, que pessoas não são desoneradas dos de tal ordem que não é resolvido por estudos concre- traduzia numa ineficácia dos entre as autarquias, que pessoas não são desoneradas dos de tal ordem que não é resolvido por estudos concre- traduzia numa ineficácia dos entre as autarquias, que pessoas não são desoneradas dos de tal ordem que não é resolvido por estudos concre- traduzia numa ineficácia dos entre as autarquias, que pessoas não são desoneradas dos desta ordem que não e resolvido por estudos concre- traduzia numa ineficácia dos entre as autarquias, que pessoas não são desoneradas dos descentra de concre- traduzia numa ineficácia dos entre as autarquias, que pessoas não são desoneradas dos esta ordem que não e resolvido por estudos concre- traduzia numa ineficácia dos entre as autarquias, que pessoas não são desoneradas dos entre as autarquias de resolvido por estudos concre- traduzia numa ineficácia dos entre as autarquias, que pessoas não são desoneradas dos entre as autarquias, que pessoas não são desoneradas dos esta ordem que não e resolvido por estudos concre- traduzia numa ineficácia dos entre as autarquias, que pessoas não são desoneradas dos entre as autarquias, que pessoas não são desoneradas dos entre as autarquias de resolvidos concre- traduzia numa ineficácia dos entre as autarquias de resolvidos entre as autarquias d Alves Martins - Entendo no seu projecto de Constitui- gal. E isto porque o poder lo- é também um elemento cor- impostos que pagam antes são pasel pensar que se possam tos, com obras concretas, a rea- órgãos das autarquias. Mas en- do programa do Governo, tinha prioridade à criação de regiões, tas e a outra para elaboração go detalhados, porque tal se- que neste aspecto devem ser ção defendia o socialismo em cal supõe uma mudança, uma rectivo. Igualmente se prevê a novos impostos e pesadissimos, mão tendemos que o princípio da prometido que o Governo seria. Portanto, não tendemos que o princípio da prometido que o Governo seria para elaboração de mais proporcionalidade também com- extremamente aberto às suges- das todas ao mesmo tempo e a uma e isto não dá às assemportava em si valores e, por- tões da oposição e que mante- divisão regional deveria ser fei- bleias de freguesia, como não tanto, a nossa posição procura ria um diálogo permanente, ta de acordo com a opinião dos dá às assembleias municipais. consagrar dois aspectos, que Nós fomos convocados pelo pri- próprios interessados, logo, mer- também a nível do município. são importantes. Defendemos a meiro-ministro, antes do as- cê de um debate público na- aquele poder de órgãos de fischamada lista incompleta, pro- sunto ser discutido no Parla- cional, tendente a criar esses calização permanente do execurando salvaguardar estes dois mento, para saber a nossa opi- órgãos a nível regional. aspectos: o princípio da demo- nião e nos dissemos-lhe imedia- Quanto às Câmaras Munici- ra que exista uma participação craticidade interna dos órgãos, tamente qual era a nossa posi- pais, deve ser possível a cria- embora pela via representatimesmo executivos, para que ção em relação a isto. O pri- ção de estruturas intermédias va, como está correcto, das poaponta o princípio da propor- meiro-ministro ficou bastante entre as freguesias e as Câma- pulações em todo este processo ionalidade, com representação perturbado, levantou, como ras Municipais, nas áreas ur- do poder local. não só de uma corrente de opi- sempre, os problemas da divinião, mas mais que uma cor- são do seu partido e a dificulrente de opinião, mas fazen- dade que tinha em poder acei- denciais superiores à freguesia chegam...

zirá a aplicação pura do prin- ma posição diferente dentro do

cípio da proporcionalidade. Foi, seu partido.

portanto, uma posição perfei-

tamente autonomizada.

invocados pelo Partido Socialiste, que a aplicação do princi- era o prazo, que já era tarde pio da proporcionalidade em para proceder a alterações, por termos de órgãos executivos, e tal ir agravar o processo eleitoeu saliento isto, de alguns exe- ral, mas isso é um argumento cutivos, se traduz na ineficiênque se vira contra o P. S. pois cía, porque leva a uma polari- o facto de ter sido apresentado zação extremamente grande de tão tarde é da exclusiva resselho de Ministros.

Um dos argumentos muito

H. Roseta — Antes das elei D. P. — Poderiamos agora mamente E isto foi evitado da Habitação, se- te casas que se resolve o pro- não quererá referir-se a uma M. Guedes — Queria acres-

soal de quem for para lá, de desacreditar o poder local, por- planeamento. demissões de pessoas que aca- que, se depois, os órgãos exebam por desistir, por verifica- cutivos não resolvem os problerem que vinham para lutar por mas, começa a ficar desacredideterminados valores e chegam tado o novo poder local que ali e verificam que aquilo é agora surge e tal pode comproem que o P. S. D. não apre- recer. Por isso, queria chamar entender, a constituição da de- planeamento, encontramo-nos fosse matéria de descentralizasenta listas de candidatos, a atenção para a atitude do mocracia no nosso país passa. apresentando-se o C. D. S. E. Partido Socialista no Parlamen- pela constituição necessariaisso faz uma certa confusão às to, no decurso da discussão des- mente de um autêntico poder

Estratégia particularizada sem coligações com

lidade nas gestões camarárias e so,

local. E isto é muito grave.

Neste momento constrói-se mui- A par disso, houve aspectos resses totalmente opostos e is- temos combatido essa frente, mas de actividades que tiverem é o caminho e que para a cons-H. Roseta — Para além desse ponto que respeita aos recursos à forma de obtenção
desses recursos, um outro ponto também e importante, que
é a autonomia na definição dos
programas de despesa. Quer

H. Roseta — Vou referirme, exclusivamente, à part disso, houve aspectos
to menos do que se construi miculares, específicos, nodesses recursos, um outro ponto também e importante, que
é a autonomia na definição dos
programas de despesa. Quer

H. Roseta — Vou referirme, exclusivamente, à parte
habitacional. Podia falar sobre
solos, sobre trânsito, sobre tudior este momento constroise mui. A par disso, houve aspectos
to com mais frequência nesta
to com mais frequência nesta
to com mais frequência e sido apresentados pelas várias
to com mais frequência e sido apresentados pelas várias
to com mais frequência nesta
to com mais frequência por
considerarmos que ela é
to menos do que se construia umiculares,
específicos,
node o poder local, não podemocracia é
to menos do que se construia umiculares,
específicos,
node o poder local, não podemocracia é
to menos do que se construia trução da Alentejo, em
na construção diz respeito so
na construção do pode nocal de esconder aos
olhos do pode poder local, não podemocracia é
to menos do que se construia uma fercitamente opostos e isto com mais frequência nesta
to com mais frequência de social-democracia é
to descesa frente,
to com mais frequência nesta
to com mais P. e alguns membros do M. apresentaram programas, mui- que elas sejam criadas, porque D. P./C. D. E. e além disso tas vezes heterogéneos e que nos defendemos a necessidade esconder também a responsabi- não são compatíveis com o nos- absoluta para a construção de

é viável. Não é viável, tendo da Câmara. em conta esta macrocefalia da Entendemos que este esquecidade de Lisboa, não é viável, ma de três assembleias anuais nem económica, nem sociologi- da assembleia de freguesia é camente, em qualquer hipótese. perfeitamente errado. Como das

banas, não os actuais bairros D. P. - O Partido Socialista do-o sem sacrifício da eficiência tar esta posição, porque have- e inferiores ao concelho, para H. Roseta - Provavelmente,

Pensamos, efectivamen- ta, para não alterar nada da lei peito à estrutura, vá lá. guesias, uma maior eficácia em ponto de vista:

> D. P. - E, interligada com isso, a tal definição do tal estatuto financeiro...

rizadas todas as habitações meça a entrar-se numa situa- termos de executivo, on seja os adopção da proporcionalidade interligado, porque mesmo as obra de toda a freguesia. H. Roseta - Este aspecto prodestivas das quais sejam ção de privilégio das pessoas de problemas que antevê, desde é de que esses males se pro- próprias regiões não podem à escolha dos vossos candida- rece-me extremamente impor recetados projectos nas Câ- Lisboa em relação aos residen- já, à aplicação deste método... jectam a dois níveis: um, que trabalhar sem lhes ser atribuítante. De resto, houve vários tras, obedecendo a determi- tes na provincia. Estes, que H. Roseta — Julgo traduzi- não são resolvidos pela voz das do o mínimo de fundos que M. Guedes — Procurámos partidos que se socorreram da dos requisitos que se passa em cácia, em problemas de con- solvidos mesmo; mas outro só referenciar que o problema tério: boa qualidade moral, tido Socialista e até a própria u uma política totalmente Lisboa e são atraidos pela des- frontação ideológica permanen- ainda que, para mim, é, pelo regional é extremamente impor- D. P. - Parece-lhes então te, problemas de desgaste pes- menos, tão grave como este, é tante para toda a questão do que o Governo não estará mui-

Efectivamente, fala-se muito zar? do socialismo em Portugal, H. Roseta - Isso está efecneamento e em Portugal não tivamente demonstrado, porhá planeamento. Logo não há que a atitude que o Partido socialismo... Isso é linear. Não Socialis a tomou ao longo da Ashá, nunca houve, nem está para sembleia Constituinte, foi muihaver, porque, em matéria de to ntido de que tudo o que no ponto zero há uns estudos ção, de regionalização e de aufeitos, todos eles antes do 25 de Abril, e são os que agora se está tentando por em prática, mas que são estudos feitos tecnocraticamente, em gabinetes de Lisboa, portanto, sem qualquer audição dos interessados, através dos respectivos órgãos. E enquanto não avancarmos por ai, falar em socialismo é uma pura utopia e de-

Evidentemente que agora o

um socialismo democrático em Portugal a necessidade de um

dar uma ajuda, porque o pro- autonomia- financeira. Pois, blema punha-se com basea- sem autonomia financeira não mentos diferentes. O problema se pode falar em competência das regiões, que é para nós vi- real, mas em dependência pertal e urgente, normalmente - manente de outros órgãos. Pastem sido deixado para depois, sa por aí e por uma definição por ser considerado o problema muito clara das atribuições dos mais difícil. Parece-nos uma órgãos, também executivos, das forma errada de encarar as coi- Câmaras Municipais e passa sas, porque enquanto não pen- também pelo despoletamento sarmos numa perspectiva de daquela situação de que o preregionalização do país, tal não sidente da Câmara era o dono

cutivo, que e indispensavel pa-

administrativos, nas áreas resi- defende que as três reuniões

do próprio órgão a que condu- ria muita gente que estava nu- poder tratar problemas comuns. está a pensar em termos de po-E defendemos também a pos- der local aquilo mesmo que sibilidade de federações de con- pensa em termos de poder cencelhos, para as grandes zonas tral, em que o Governo nunca urbanas. Isto no que diz res- vai ao parlamento. Portanto, que o parlamento trabalhe, que No que diz respeito à com- eles, por seu lado, vão fazendo petência, pois uma maior des- das suas. E essa perspectiva é centralização em matéria de fre- absolutamente errada do nosso

matéria das Câmaras Munici- A. Martins - Três reuniões pais e uma grande prioridade por ano bastam, não havendo ao estabelecimento das regiões, um fim político, mas havendo que deverão ter uma compatên- um fim obreirista, de trabalho, cia ena definicão, sobretudo, no não é rada. Havendo um fim planeamento regional, quer a político, até uma por ano chenível económico, quer mesmo a ga. Agora, perante a existência de um poder popular, em que cada um diga das suas necessidades prementes, em que sejam vistos como seres humanos e não cemo seres políticos. Pa-H. Roseta - Tudo isso está ra isso, é necessário haver uma

> Ao P. S. não interessa descentralizar

> to interessado em descentrali-

(Continua na pág. seguinte)

Eleições para as Autarquias

AMANHA: O C.D.S. EM MESA REDONDA

PORTUGUESES»

A estratégia e a campanha do Partido * A sua posição perante os outros partidos * A aplicação do método de Hondt * O C.D.S. e as regiões autónomas * A geografia eleitoral do partido.



gráfico que apresentamos nesta página, referente ao número de câmaras municipais, assembleias municipais e assembleias de freguesia em que o P.S.D. concorre, nos 22 distritos do País, indica-nos, antes de tudo, a existência de uma correspondência total (com uma excepção, num concelho do distrito de Santarém) entre o número de listas apresentadas nos executivos e nas assembleias municipais; por outro lado, e em função de razões explicadas noutro local, os sociais-democratas não se apresentam em 39 concelhos, a saber: Aljustrel, Alvito, Barrancos, Beja, Cas-

tro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Serpa e Vidigueira no distrito de Beja; Altândega da Fé, no distrito de Bragança; Arraiolos, Borba, Estremoz, Mora, Mourão, Portel, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa no distrito de Évora; Celorloc da Beira e Sabugal no distrito da Guarda; Arronches, Avis, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Monforte e Nisa no distrito de Portalegre; Alpiarça, Golegã, Sardoal e Vila Nova da Barquinha no distrito de Santarém; e Alcochete, Barreiro, Moita e Sines no distrito de Setúbal. Segundo nos foi referido, e partindo de estudos publicados pomeadamentes por Testa de Contractor de Servica de Ser

DISTRITO	N.° CONCOR.	N.º FREG. C/ + 300 ELEITORES	CAMARA MUNICIPAL		ASSEMBLEIA MUNICIPAL		ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA		TOTAL DE
			N.º LISTAS	%	N.º LISTAS	%	N.º LISTAS	%	CANDIDATURAS
AVEIRO	19	190	19	100	19	100	180	94.7	2100
BEJA	14	91	3	21,4	3	21.4	14	15.0	170
BRAGA	13	408	13	100	13	100	354	86.7	3700
BRAGIANÇA	12	153	11	91.6	11	91.6	120	78.4	800-
C. BRANCO	11	148	11	100	modi 11 ogni	100	117	79.0	1120
COIMBRA	17	173	17	100	17	100	151	87.2	1650
ÉVORA	14	70	5	35.7	5	35.7	18	25.7	210
FARO	16	71	16	100	16	100	60	84.5	760
GUARDA	14	168	12	85.7	12	85.7	96	57.1	. 870
LEIRIA	16	128	16	100	16	100	123	96.0	1420
LISBOA	14	183	14	100	14	1,00	174	95.0	2530
PORTALEGRE	15	79	7	46.5	7	46.6	36	45.5	480
PORTO	17	361	17	100	17	100	322	89.4	3500
SANTARÉM	21	161	17	80.9	18	85.7	125	77.6	1580
SETÚBAL	13	53	9	69.2	9	69.2	24	45.2	350
V. CASTELO	10	193	10	100	10	- 100	179	92.7	1720
VILA REAL	14	193	14	100	14	100	180	93.2	1820
VISEU	24	267	24	100	24	100	240	89.8	1870
ANGRA	5	38	5	100	5	100	38	100	220
HORTA	7	38	7	100	7	100	33	100	210
P. DELGADA	7	′53	7	100	7	100	53	100	420
UNCHAL	II	48	- 11	100	11	100	48	100	940
TOTAL	304	3262	265	87.1	266	87.5	2685	82.3	28 440 + 1/3 36 970

partindo de estudos publica-dos, nomeadamente, no «The Política! Consequences of Electoral Laws» («Consequên-cias políticas das leis eleito-rais»), a aplicação da média mais alta de Hondt, nestas eleições, proporcionaria ao P. S.P. nos concelhos em que não concorre, curiosos resultados: assim, o Partido, não apresen-tando listas em 39 concelhos, que abrangem 307 148 votantes, receberia o voto, em prin-cípio, de 27 419 eleitores, o

and representative file and con-to a nacellalitative dea 944 his associative file and a 944 his associative file and a file and associative file and associative and state of a 14 december of anno state of a 14 december of anno state of a 14 december of a fandance de 15 december of indicate and connecting de times antra arm a 5. caso a CDS. não connectes as a Guarda 4: am Somiarám, 1: a nos restantes, panham.

nenhum.

Feta aucânciae nos concelhos tâm alguma correspondência relativamente às freguesias. lboe têm alauma correscondância relativamente às frequesias,
señdo curioso notar, nor
exemnto, que até em Lisboa
o P.S.D. estará ausente em 9,
apresentando-se a cem por
cento apenas nas Ilhas, onde,
como é sabido, se encontra na
posição de partidio maioritário, conseguindo, de qualquer
forma, cobrir 82,3 por cento
de todo o eleitorado. Os distritos em que as suas ausâncias voltam a ser mais notórias dizem respeito a Beia,
Évora, Portalegre e Setúbal,
onde apresentam, respectivamente, 14, 18, 36 e 24 listas
para um total de 91, 70, 79 e
53 freguesias. As perdas, em
termos eleitorais, que daqui
poderão advir para o P.S.D.
não andam, de qualquer forma, muito longe das que indicámos para os concelhos, muito embora seiam de astranhar
lo embora seiam de astranhar não andam, de qualquer forma, muito longe das que indicámos para os concelhos, muito embora sejam de estranhar
os números referentes aos distritos de Bragança, Castelo
Branco, Guarda e Santarém,
sobretudo em relação aos primeiros, onde a inserção do
Partido já começa a ser bastante sólida e onde os sociaisdemocratas, nas eleições para a Assembleia da República,
obtiveram 33,7, 22,6; 25,7 e
19,5 por cento, respectivamente, dos votos do eleitorado local. Significativo, ainda, o facto de em Viseu, o distrito
com maior número de freguesias com menos de 300 eleitores (287), o P.S.D. cobir
89,8 por cento do eleitorado.

O PODER LOCAL NA PERSPECTIVA DO P. P. D./P. S. D.

(Continuação da pág, anterior) tonomía reaconal, eram pontos que o Partido Socialista não aceitava facilmente. Nós tive-mos grandes discussões, quer a propósito dos Açores e da Ma-

deira, quer mesmo a propósi-to da regionalização a nível do Continente, em que a atitude do Partido Socialista foi uma atitude que nos chegámos mes-mo a qualificar de jacobina,

Necessidade do Conselho Municipal

Necessidade do Conselho Municipal

D. P. - Antes de terminar, gostaria de passar à análise de duas questões: se por um lado, quanto ao funcionamento do coccutivo municipal, à interesse em avançar-se, desde já, com a definição do Conselho Municipal?...

H. Roseta — Esse parece-me um ponto que é também uma grande lacuna deste Decreto e nós ficamos sem saber efectivamente para que serve o Conselho Municipal. Correse o risco de amanhá, uma vez depois Cas eleigões efectuadas, estarem constituídas as assembleias, os orgãos executivos, e quatdo o orgão de apoio que é o conselho municipal de exista. Logo, é mais pág. IV

yamos fazer do Conselho Municipal o cavalo de batalha cipal o cavalo de batalha a propósito, por exemplo a «Carta Aberta-Intersindical» ou outras coisas desse género, efectivamente, estamos a fazer uma luta que diz respeito a determinados partidos políticos mas não diz respeito aos interesses dos moradores.

ado diz respento aos intereses dos moradoses.

Este é um ponto quente, que vai ser certamente muito discutido mas que é um ponto essencial para que efectivamente todo o poder local funcione. Pessoalmente, julgo que é fundamental que o conselho municipal garanta um pluralismo real e efectivo de todas as organizações existentes na área. Portanto, que não se façam restrições de carácter político, que, por vezes, têm sido feitas noturos sectores do nosso país, mas que se dê efectiva representatividade a todas as organizações existentes na área. E isso vai levantar problemas, sobretudo, com as associações de moradores, porque são as que têm uma área residencial.

Há muitos casos em que determina las comissões de termina las comissões de mora-dores, por razões políticas ou por razões de prioridade no tempo, surgiram primeiro defendem o monopólio dos in-teresses dos moradores na área. Isto é um problema falso e nós entendemos que a associação de moradores será tanto mais efimoradores será tanto mais efi-car quanto mais coesa ela for, relacionada com os moradores, mas temos que aceitar que, dentro do efectivo regime de liberdade de associação, pos-sam aparecer várias comissões de movadores, atribuídas a áreas diferentes e, portanto, to-das elas com uma determinada representatividade.

Prevejo que aqui se vá tra-var uma luta política forte. Portanto os partidos que do-minam determinadas associa-ções de moradores vão tentar evitar que outras associações de moradores com diterentes composições não possam apare-cer nesce conselho municipal. E julgo que aí a população terá de estar alertada para que

efectivamente este conselho municipal seja representativo e
não seja uma estrutura paralela para dar lugar aqueles
que não tiveram votos pelas
vias normais do município e
da Junta de Freguesia. Para,
no fundo, irem aparecer numa
estrutura paralela e que nem
é preciso que sejam votados.

D. P. Comment findo

D. P. — Como vê finalmente o P. S. D. a inserção das organizações populares de ba-

H. Roseta — Nós defendemos comissões de moradores
constituidas ao abrigo da libendade de associação, que é
uma das liberdades fundamentais gara ntidas pela Constituição, da independência em relação aos órgãos do poder local
e da solidariedade activa que
dete existir entre os cidadãos.

Helena Roseta e entendo que Helena Roseta e entendo que è positiva a acção das comis-sões de moradores, pelo traba-lho desenvolvido, como tenho verificado pelo contacto profis-sional com populações de cer-tos barnos, como o da Horta Nova e das Galinheiras, por exemplo.

exemplo. Quando há uma certa orien Quando há uma certa orien-tação política, há sempre uma certa luta. Mas seria interes-sante que a sua acção se pu-desse desenvolver fora desse cli-ma partidário, no seu próprio, interesse. Mas, infelimente aca-bam por ser manobradas por uns tantos, acabando, na reali-dade por se transformar numa auténtica correia de transmis-são.

cão, da independência em relação aos órgãos do poder local
e da solidariedade activa que
deve existir entre os cidadãos
de um país, para construir
aquilo que de positivo deve
ser construido em cada circunstância.

A. Martins — Estou de acordo com o que foi dito pela